



Panorama e **perspectivas**

*Um balanço do mercado de seguros em 2017
e as projeções para o setor em 2018*

LAURO FARIA

O ano de 2017 vai chegando ao fim e já se pode afirmar que os resultados são bastante favoráveis para o mercado de seguros, principalmente dado o ambiente de fraco crescimento econômico.

Como se vê na tabela 1, no acumulado de 12 meses findos em setembro, apesar da queda do PIB real de 0,6% e da inflação de 4,5% em 2017 contra 2016 (portanto, de uma evolução da renda nacional de cerca de 4% em termos nominais), o total arrecadado pelo mercado de seguros brasileiro na área de regulação da Superintendência de Seguros Privados (Susep), somando R\$ 258,7 bilhões, mostrou crescimento de 8,1% sobre 2016, portanto sensivelmente superior ao aumento da renda nacional. Na área de regulação da

Agência Nacional de Saúde (ANS), a receita de contraprestações das operadoras somou R\$ 172,9 bilhões nos 12 meses terminados em junho passado, exibindo acréscimo de 10,4% sobre igual período de 2016.

Desagregando-se o total, observa-se que, com exceção dos prêmios diretos de DPVAT que caíram 27,2% no período por decisão administrativa do CNSP e dos aportes aos títulos de capitalização, cuja queda foi de 2,5%, os demais grupos de produtos e serviços do mercado de seguros tiveram desempenho marcadamente similar e positivo. Os prêmios diretos de coberturas de risco de seguros de pessoas aumentaram 10,2%, os aportes aos planos de previdência complementar aberta, 13%, e os prêmios de seguros de ramos elementares (exceto DPVAT), 6,3%.

TABELA 1. ARRECADAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS

Grupos	Período (acumulado em 12 meses)	Valores (R\$ milhões)	Taxas de variação
Ramos elementares	set/16	68.939	
	set/17	70.335	2,0%
DPVAT	set/16	8.739	
	set/17	6.366	-27,2%
Ramos elementares - DPVAT	set/16	60.200	
	set/17	63.969	6,3%
Coberturas de risco de Seguros de Pessoas	set/16	30.696	
	set/17	33.822	10,2%
Previdência Complementar	set/16	118.406	
	set/17	133.799	13,0%
Capitalização	set/16	21.282	
	set/17	20.758	-2,5%
Total área da SUSEP	set/16	239.323	
	set/17	258.714	8,1%
Saúde Suplementar (área da ANS)	jun/16	156.697	
	jun/17	172.927	10,4%
Inflação IPCA	set/17	-	4,5%
PIB real* (tx. cresc.)	set/17	-	-0,6%

Fontes: SUSEP e ANS; (*) aproximado pelo IBC-Br.



Além disso, no que se refere aos resultados globais (tabela 2), embora sentindo os efeitos da crise econômica, as empresas vão terminando 2017 com rentabilidades do capital investido em níveis sensivelmente superiores aos de muitos setores da economia brasileira. Assim, na área de regulação da Susep, embora com lucro 7,9% inferior ao acumulado no ano de 2016 até setembro, no agregado, as seguradoras conseguiram obter rentabilidade do patrimônio líquido de 18% em 2017.

Já as resseguradoras locais tiveram desempenho melhor: o lucro agregado aumentou em 8,6%, entre 2017 e 2016, e a rentabilidade do patrimônio líquido passou de 13,2% a 20,4% no mesmo período. Idem para as EAPC, cujo lucro agregado cresceu 264% entre 2017 e 2016, e a rentabilidade do patrimônio líquido passou de 4,6% a 16,3%. As empresas de capi-

talização tiveram forte queda do lucro (-14,5%), mas ainda assim obtiveram, na média do setor, elevado retorno sobre o capital: 34% em 2017.

Isto posto e dadas as previsões de retomada do crescimento econômico, estabilidade da taxa de juros e manutenção do controle da inflação em 2018 (tabela 3), tudo indicaria aumento da arrecadação do mercado de seguros a uma taxa em torno de 10% sobre 2017. Tal pode ser depreendido pelos dados da tabela 4, que mostram, na média de 2004 a 2017, aceleração da arrecadação do mercado em relação ao PIB nominal, de 3,1%. Ora, caso se materializem as expectativas atuais de crescimento do PIB real de 2,5% e de inflação de 4% em 2018 – logo, 6,6% de acréscimo esperado do PIB nominal –, aplicando-se aquela aceleração média de 3,1%, chega-se a uma estimativa de aumento da arrecadação de 9,9%.

TABELA 2. INDICADORES DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS REGULADAS PELA SUSEP
(VALORES EM R\$ MILHÕES)

Seguradoras	Até setembro		Var. % 2017/16
	2016	2017	
Lucro Líquido	13.255	12.208	-7,9%
Patrimônio Líquido (PL)	79.246	90.275	13,9%
Rentabilidade do PL*	22,3%	18,0%	-4,3%
Resseguradoras locais			
Lucro Líquido	663	720	8,6%
Patrimônio Líquido (PL)	6.712	4.702	-29,9%
Rentabilidade do PL*	13,2%	20,4%	7,2%
Capitalização			
Lucro Líquido	1.395	1.193	-14,5%
Patrimônio Líquido (PL)	3.592	4.678	30,2%
Rentabilidade do PL*	51,8%	34,0%	-17,8%
EAPC			
Lucro Líquido	23	85	264,4%
Patrimônio Líquido (PL)	677	696	2,8%
Rentabilidade do PL*	4,6%	16,3%	11,7%

Fonte: Susep. (*) anualizada linearmente.

TABELA 3. BOLETIM FOCUS: PREVISÕES MACROECONÔMICAS PARA 2017 E 2018

	2017	2018
IPCA dez/dez (%)	3,0	4,0
Taxa Selic em fim de período (%)	7,0	7,0
PIB real (%)	0,7	2,5
Produção industrial (%)	2,0	3,0
Balança comercial (USD bilhões)	65	53

Fonte: BCB.

TABELA 4. ARRECADAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS E DO PIB NOMINAL

Ano	Taxas de crescimento anual		
	Mercado	PIB nominal	Mercado/PIB
2004	15,7%	14,0%	1,5%
2005	11,4%	10,9%	0,5%
2006	12,8%	11,0%	1,6%
2007	18,3%	12,9%	4,8%
2008	15,7%	14,3%	1,2%
2009	11,3%	7,2%	3,8%
2010	14,1%	16,6%	-2,2%
2011	15,4%	12,6%	2,4%
2012	18,0%	10,0%	7,2%
2013	13,7%	10,7%	2,7%
2014	13,5%	8,4%	4,7%
2015	11,4%	3,8%	7,4%
2016	10,6%	4,5%	5,8%
2017est.	7,5%	5,0%	2,4%
Médias	13,5%	10,1%	3,1%

Fontes: CPES, Ipeadata, CNseg e ANS.



Em termos concretos, podemos repetir em 2018 o cenário de 2017, ou seja, fraco crescimento da economia em geral e, no mercado de seguros, um progresso abaixo do seu potencial.

Ocorre, porém, que 2018 é ano de eleições presidenciais. Estas, em razão da grave crise política atual, se afiguram das mais difíceis de prever o resultado, no momento em que se escreve esse comentário (cerca de 12 meses de antecedência). Há não apenas radicalização de posturas políticas como também inflação de candidaturas, sendo muitas estranhas ao ambiente, o que aumenta o grau de incerteza.

Uma possibilidade é a repetição de algo parecido com o ocorrido em 2002: a antecipação de grande probabilidade de vitória de uma candidatura presidencial entendida, na época, como antipática à economia de mercado produziu fuga de capitais do país e fez com que os resultados do final do ano discrepassem significativamente, para pior, das expectativas existentes ao fim do ano anterior (2001). Assim, no que se refere à taxa de câmbio, a previsão era de R\$ 2,6 por dólar, mas a realização foi de R\$ 3,5 por dólar ao final de 2002; quanto à inflação (IPCA), a expectativa era de 4,7%, mas o ano terminou com 12,5%; no que se refere à taxa de juros Selic, enquanto a expectativa no final de 2001 era de 17%, a taxa fechou o ano de 2002 em 25%; finalmente, ao invés do crescimento esperado de 2,4% do PIB, a realização foi de 1,5% (na metodologia então vigente).

A consequência, transplantada para a situação atual, é que a previsão de retomada do crescimento da economia brasileira e de aceleração do crescimento de receitas e lucros do mercado de seguros, que se poderia prever facilmente em condições de normalidade, deve ser tomada com mais cautela. Em termos concretos, podemos repetir em 2018 o cenário

de 2017, ou seja, fraco crescimento da economia em geral e, no mercado de seguros, um progresso abaixo do seu potencial.

O que, entretanto, parece certo é que: a) tal mercado deve continuar no seu conjunto progredindo a taxas superiores às da renda nacional; e b) setorialmente, devem ser mantidas as ordens de preferência reveladas pelos consumidores nos últimos anos, a saber, maiores taxas de expansão dos seguros de pessoas, notadamente, previdência complementar e dos seguros e planos de saúde, vis-à-vis aos seguros gerais. Comentemos esses pontos.

A aceleração do mercado de seguros decorre, por um lado, do fato de que o seguro é um bem “superior”, isto é, em geral, seu consumo cresce mais do que proporcionalmente ao aumento do Produto Interno Bruto. À medida que cresce a renda, a razão consumo/renda decresce. Dito de outro modo, a taxa de poupança aumenta, o que se reflete numa maior aquisição de ativos e, portanto, num aumento da demanda de segurança. O acréscimo da renda também caminha de par com mudanças demográficas e culturais, como, por exemplo, o acréscimo na escolaridade média da população, o aumento da expectativa de vida, a redução no tamanho médio das famílias, a aceleração da urbanização, etc. Consequentemente, reduz-se a imprevidência na vida das pessoas, do que decorre o aumento da demanda de seguros nas suas várias modalidades. Em países emergentes como o Brasil há outro fator impelindo a procura por seguros: a população de tais países é cronicamente “subsegurada”, isto é, a demanda existe, mas ou falta

oferta de seguros ou a oferta se materializa a preços acima do que a população pode pagar (ou ambos os fatores). Assim, tal demanda reprimida ajuda a acelerar o mercado de seguros em comparação com muitos outros setores.

No que se refere à ordem de preferências dos diversos grupos, várias pesquisas já detectaram a ansiedade nacional com as falhas dos sistemas públicos de aposentadoria e de saúde, além do desejo dos consumidores de ter opções de complementação ou até substituição desses serviços públicos por serviços privados. Consequentemente, nada mais natural que esperar a manutenção de forte demanda por planos de previdência e por planos e seguros de saúde suplementares e os consequentes aportes de recursos a essas opções que o mercado de seguros oferece. Idem para as coberturas de risco de seguros de pessoas.

Ademais, está bem documentado o impacto no grupo de seguros de pessoas e planos e seguros de saúde, tanto de fatores de curto prazo (renda, emprego,

inflação, taxas de juros, etc) como os de longo prazo (distribuição de renda, razão de dependência, expectativa de vida, taxa de natalidade, escolaridade, religião, etc), menos ligados ao ciclo econômico. Já o crescimento do grupo de seguros gerais é mais dependente de fatores macroeconômicos, a exemplo da renda, desemprego, juros, inflação e investimentos – variáveis que se manterão relativamente problemáticas em 2018 dada a recuperação da economia que apenas se inicia. Basta lembrar a relação entre seguros de automóveis e produção e venda de autoveículos, de seguros prestamista e condições de crédito, de seguros de risco de engenharia e garantias de obras e o volume de investimentos produtivos e em construção civil, seguro de perda de renda e taxa de desemprego, etc. ●

LAURO VIEIRA DE FARIA

*Economista do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES) da Escola Nacional de Seguros e Mestre em Economia pela EPGE/FGV.
laurofaria@funenseg.org.br*

